

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

A Reforma Do Ensino em Cabo Verde: Análise da Aplicação Curricular  
na Disciplina De História Do 2º Ciclo – O Caso da Escola Secundária DR.  
Teixeira De Sousa (2001-2005)

**Maria Nisa Correia Fernandes**

**Praia, Setembro de 2006**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

A Reforma Do Ensino em Cabo Verde: Análise da Aplicação Curricular  
na Disciplina De História Do 2º Ciclo – O Caso da Escola Secundária Dr.  
Teixeira De Sousa (2001-2005)

Trabalho de carácter Científico apresentado ao Departamento de  
História e Filosofia do Instituto Superior de Educação, para obtenção do  
grau de Licenciatura em Ensino de História.

Memória apresentado por Maria Nisa Correia Fernandes  
Sob a orientação do Mestre Baltazar Neves

Praia, Setembro 2006

Maria Nisa Correia Fernandes

Maria Nisa Fernandes

**A Reforma Do Ensino em Cabo Verde: Análise da Aplicação Curricular  
na Disciplina De História Do 2º Ciclo – O Caso da Escola Secundária DR.  
Teixeira De Sousa (2001-2005)**

Aprovado pelos membros do júri e homologado pelo Presidente do  
Instituto Superior de Educação, como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Licenciatura em Ensino de História.

**O Júri**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Cidade da Praia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006**

**Maria Nisa Fernandes**

## **Agradecimento**

Gostaria de agradecer de maneira muito especial o apoio que recebi de todos os funcionários, alunos e professores, coordenador, subdirector e director da Escola Secundária Dr. Teixeira De Sousa.

De forma muito particular ao meu orientador Mestre Baltazar Neves, ao professor Dr. Bartolomeu Varela, Dra. Antonieta Lopes, Dr. Julião Barros, Dra. Odete Carvalho, Dr. Jaques Santos, Dr. Carlos Rodrigues Spínola, Dr. Lourenço Gomes, professores Victor Semedo, Maria de Jesus, e Domingos da Escola Secundária Pedro Gomes, e Moisés, estudante do Jean Piaget que responderam prontamente às minhas solicitações e me deram grande apoio para que este trabalho saísse da melhor forma.

Em especial ao meu marido Mariozinho que incansavelmente me apoiou durante estes cinco anos e à minha amiga e colega Maria Correia que me deu o apoio moral para a realização do mesmo.

## **Introdução**

O trabalho ora apresentado intitula-se “A Reforma do Ensino em Cabo Verde: Análise da aplicação curricular da disciplina de História no 2º ciclo – o caso da Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa” e enquadra-se no âmbito da Licenciatura em Ensino de História ministrada no Instituto Superior de Educação.

Ao abordar este tema, pretendemos reflectir, nomeadamente, sobre os factores que estiveram na origem da implementação da reforma em Cabo Verde, bem como a aplicação da mesma na Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa, a nível curricular, na disciplina de História no 2º ciclo.

A escolha do ciclo como objecto de investigação tem a ver não apenas com a necessidade de delimitar o campo de análise, de modo a lograr um conhecimento mais aprofundado, mas com a própria natureza deste ciclo de estudos: seguindo-se ao 1º ciclo, em que o aluno se inicia o estudo da História, através da disciplina “Mundo Contemporâneo, o 2º ciclo apresenta-se como “ciclo charneira”, pelo seu papel na orientação vocacional e profissional e, sobretudo, pela sua contribuição na criação de condições para a elevação do nível de aprendizagem da História no último ciclo, donde saem alunos para a vida activa ou para a formação média ou universitária.

A política do actual sistema educativo visa a formação do “homem novo”, a preparação dos jovens para sua integração na vida activa social, privilegiando a formação da identidade nacional, a transmissão dos valores fundamentais da nossa sociedade em geral e a inserção na modernidade.

Daí destaca-se a formação de competências humanas e necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento sócio-político-económico e cultural num espírito crítico, interventivo, contribuindo desse modo para a formação de cidadãos conscientes, activos e participativos no processo de desenvolvimento do país.

Na actualidade, o professor não é a única fonte das aprendizagens exigidas pelos programas de ensino, o aluno deve ser sujeito activo da própria aprendizagem, na qual participam igualmente outros parceiros. Daí que o papel do professor, sem deixar de ser decisivo, deve ser essencialmente o de facilitador/organizador/animador do processo de aprendizagem.

As principais acções desenvolvidas no quadro da reforma educacional consistiram na implementação de novos métodos e técnicas de ensino/aprendizagem, na produção de novos programas, planos de estudos, materiais didácticos, formação de professores, bem como na mudança do sistema de avaliação.

A reforma do ensino abarca os diversos níveis de ensino, nomeadamente o pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário e, em menor escala, o ensino superior. O nosso objecto de estudo centra-se no ensino secundário e, em especial, no segundo ciclo, incidindo, particularmente, na disciplina de História.

Posto isto, é a seguinte a nossa pergunta de partida: Em que medida a implementação do novo programa curricular da disciplina de História do 9º ano, na Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa – Ilha do Fogo, terá contribuído para despertar maior interesse nos alunos e favorecer a melhoria da qualidade do ensino na mesma disciplina?

A reforma, particularmente a do ensino é um tema que está sendo tratado mundialmente com a sua merecida destaque. Assim fizemos o seu enquadramento numa nova forma de abordagem curricular a sociologia crítica, ciente de que esta, através dos seus preceitos permite destacar a análise da aplicação do currículo no 2º ciclo dando ênfase às novas concepções do currículo.

O propósito deste trabalho é, fundamentalmente, verificar a coerência entre o programa da disciplina, a planificação de conteúdos e os planos de aula; determinar o grau de aplicação curricular segundo as orientações da Reforma na perspectiva dos professores; reflectir sobre os constrangimentos surgidos na aplicação do novo programa curricular; determinar possíveis adaptações face às necessidades engendradas.

A escolha e desenvolvimento desta temática conduziram à organização e estruturação do trabalho da seguinte forma, incluindo a introdução e conclusão:

No 1º capítulo faz-se um enquadramento dos aspectos gerais da Reforma Educativa, com os seguintes pontos: Objectivos e princípios gerais do Sistema Educativo; Contextualização da reforma educativa; A melhoria da qualidade do ensino como motivo para a reforma curricular.

No 2º capítulo analisa-se a aplicação do plano curricular de História no 2º ciclo, orientados pelos seguintes pontos: As orientações da Reforma relativamente à disciplina de História do 9.º ano, a nível curricular; Estudo de caso no Liceu de São Filipe: Análise da coerência entre o programa, a planificação e os planos de aula e o sistema de avaliação vigente e sua aplicação na disciplina de História descrevendo o sistema e tentar mostrar especificidades de aplicação no sistema na disciplina de História.

No 3º capítulo pretende-se analisar as vantagens e constrangimentos dos novos conteúdos programáticos; Medidas para fazer face aos constrangimentos; Análise dos resultados das entrevistas e inquéritos; Soluções e propostas dos agentes entrevistados e a Comparação entre as normas e a prática.

O trabalho termina com a conclusão, as referências bibliográficas e documental e os anexos.

O nosso trabalho centra-se fundamentalmente na pesquisa documental, destacando-se a análise de documentos oficiais do Ministério de Educação existentes sobre os currículos de ensino, nomeadamente, da disciplina de História, tais como: Plano de estudo; Programa de história do 9º ano; Sistema de avaliação e documentos complementares como legislações, Planificação; Planos de aula, projectos de desenvolvimento do sistema educativo, etc.

Para que isto pudesse se efectivar, tivemos apoio do director da escola em estudo, subdirector, coordenador e professores da disciplina e sobretudo os alunos de História do 2º e 3º ciclo que responderam aos questionários efectuados e nos forneceram verbalmente outras informações complementares.





## Breve Historial da Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa



A Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa foi criada no ano de 1990/91. Entretanto, as primeiras tentativas no sentido da sua criação remontam aos finais da década de 50 e início de 60 do séc. XX. Primeiro, alguns finalistas do ex-7º ano dos liceus que tinham concluído os estudos em São Vicente, tornaram-se “explicadores” de algumas disciplinas do ex-5º ano para alguns jovens que queriam completar uma ou outra

secção desse ano liceal.

Mais tarde Maria Antónia Inês do Rosário e António Cristiano Fontes, durante a década de 60, leccionaram o então chamado Ano de Admissão e o 1º e 2º anos do liceu, permitindo assim àqueles que não podiam ir para a Praia e São Vicente, por razões económicas, a possibilidade de poderem continuar um pouco mais além da 4ª classe do ensino oficial. Todavia aos alunos do 2º ano não eram permitidos fazer exames na ilha, pois tinham que se deslocar à cidade da Praia.

Após a independência de Cabo Verde e já com a existência oficial do chamado Ciclo Preparatório, mais tarde chamado de Ensino Básico Complementar algumas personalidades conhecidas como João da Cruz Brito, Ovídio Fernandes e António Pires Monteiro, tentaram durante os anos 1977/78 criar um curso de explicações da secção de letras do ex-5º ano, chamado nessa altura de 3º ano do Curso Geral dos Liceus, entretanto, a intenção não chegou a concretizar-se. Finalmente, um grupo de cidadãos liderado por Joaquim Medina decidiu endereçar uma petição ao Governo de Cabo Verde, solicitando a abertura de um liceu no Fogo.

Porém, os sanfilipenses não quiseram desistir. Em Setembro de 1981, três funcionários desejosos de prosseguir os estudos, conjuntamente com um bolseiro da União Soviética, um outro professor do Ciclo Preparatório, um Pároco da freguesia congregaram os esforços e abriram o curso nocturno da secção de letras do 3º ano de curso geral numa das salas da casa Materna de São Filipe, munido apenas de programas e de textos poli copiados, mas com uma enorme vontade de vencer e fazer algo novo para a sua ilha esse pequeno grupo dava assim a 18 de Outubro de 1980, aquele que seria o mais decisivo passo para o nascimento do Liceu da Ilha.

Lançou-se, assim, a primeira semente e, não obstante a ausência de alguns, já no ano lectivo seguinte introduziu-se a secção de ciências com o aumento de números de alunos e de novos professores.

No ano lectivo de 1987/88 já existiam mais de 180 alunos, por causa desse aumento mudaram de espaço, passaram a funcionar nas salas do ex – Ciclo Preparatório “Pedro Cardoso”. Foi nesse contexto que o então Ministro de Educação Corsino Tolentino visitou o curso em meados de Maio de 1988.

Percebeu a necessidade da criação do ensino secundário na Ilha do Fogo. Foi assim que, conjurou a Delegada do Ministério da Ilha, Fernanda Marques Vera Cruz Pinto, o Director da Escola Pedro Cardoso, Fausto Rosário, o 1.º Secretário do Sector, Eduardo Monteiro e o Delegado do Governo, António Aires dos Reis Borges a constituírem o núcleo da Comissão Instaladora da Escola Secundária do Fogo, cuja primeira tarefa seria a elaboração do projecto da Escola.

O esforço foi extraordinário com um trabalho conjunto, congregando todas as instituições sedeadas na ilha, bem como entidades particulares, inclusive de outros espaços. Assim, um ano lectivo mais tarde, em finais de Junho de 1990 o Ministério da Educação anunciava, para o ano lectivo 1990/91, a abertura da Escola Secundária de São Filipe. O espaço físico seria as instalações do que deveria ter sido a Escola Profissional do Fogo.

Os fundos angariados pela comissão permitiam a aquisição de imobiliário, manutenção das instalações e pagamento do pessoal não docente nos dois anos subsequentes. O Ministério assumia apenas a nomeação e pagamento do corpo docente, encarregado de leccionar no primeiro e segundo Ano do Curso Geral.

O Ensino Secundário nesta ilha foi oficialmente aberto no dia 17 de Setembro de 1990, pelo então Ministro de Educação de Cabo Verde Corsino Tolentino.<sup>1</sup>

Numa década e meia, a Escola Secundaria evoluiu para Liceu e decuplicou os seus efectivos: mais de 3000 alunos e mais de 100 professores, para os pouco mais de 330 alunos e 13 professores de 1990/91. Não deixa de ser belo constatar que mais de 50% dos efectivos do corpo docente é formado por antigos alunos da própria escola. Em 1993 se fez construir o actual edifício principal; em 1998 o chamado Anexo do Meio; nesse mesmo ano deu-se a experiência pioneira em todo o Cabo Verde da expansão do pólo de Tronco Comum de Cova Figueira; no ano lectivo 2005/06, o mesmo aconteceu na zona norte de Ponta Verde<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Portaria nº 46/90 de 20 de Outubro de 1990.

<sup>2</sup> Fausto Amarílio do Rosário

Quatro Directores orientaram o Liceu ao longo desses 15 anos: Moisés Teixeira (1990/ 91); Alírio João Dias de Barros (1991/ 1999); Adolfo José Rodrigues (1999/ 2002) e Luís António Nunes de Pina (2002....).

Desde a sua abertura até presente data a Escola está seguindo o seu percurso evolutivo. Actualmente (2005/2006), conta com 107 corpo Docente, 2628 corpo discente, 11 pessoal administrativo, com dois pisos, 41 salas de aula sendo 30 em São Filipe, 6 em Cova Figueira e 5 em Ponta Verde. Conta ainda com outras instalações nomeadamente, laboratório de Física, Química, Biologia Sala de Informática e uma Biblioteca.

Esta escola que antes era denominada da Liceu de São Filipe, a partir de 28 de Setembro de 2005 passou a ser denominada “Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa”, cerimónia presidida pela Ministra da Justiça Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Fontes Lima.

Henrique Teixeira de Sousa, médico, escritor cabo-verdiano, nasceu na Ilha do Fogo, filho do Comandante John de Sousa, Teixeira de Sousa é hoje um dos maiores escritores cabo-verdianos, senão o maior, se considerarmos o número de volumes que a sua obra contém.

## **CAPÍTULO I**

### **Aspectos Gerais da Reforma Educativa em Cabo Verde**

#### **1 - Objectivos e princípios gerais do sistema educativo**

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu artigo 5º, determina que, entre outros, a educação visa a formação integral do indivíduo. A formação obtida por meio da educação deverá ligar-se estreitamente ao trabalho, de molde a proporcionar a aquisição de conhecimentos, qualificações, valores e comportamentos que possibilitem ao cidadão integrar-se na comunidade e contribuir para o seu constante progresso; a educação deve ainda contribuir para salvaguardar a identidade cultural, como suporte da consciência e dignidades nacionais e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade.

O sistema e as suas estruturas devem estar estritamente ligados aos diversos sectores da vida nacional, assim como às colectividades e autarquias locais, de forma que a educação assuma eficazmente o papel que lhe cabe no desenvolvimento cultural, económico e social do país. Como refere Sacristán e Gómez “a los currículos modernos se les exige que, además de las áreas clásicas del conocimiento, impartan nociones de higiene personal, de educación vial, de educación sexual, educación para el consumo, que fomenten determinados hábitos sociales, que prevengan contra la droga, que se abran a los nuevos medios de comunicación, que respondan a las necesidades de una cultura juvenil com problemas de integración na el mundo adulto,

que atiendan a los nuevos saberes científicos y técnicos, que acojan el conjunto de las ciencias sociales, que recuperem la dimensión estética de la cultura, que se preocupen por el deterioro del medio ambiente, etc.<sup>3</sup>

Quanto à funcionalidade da educação, o processo educativo integra a forma teórica e a forma prática, contribuindo em geral para o desenvolvimento global e harmonioso do país e, em particular, para o desenvolvimento da economia, do bem-estar das populações e para a realização pessoal do cidadão.

No que concerne à educação e Identidade Cultural ela deve basear-se nos valores, necessidades e aspirações colectivas e individuais e ligar-se á comunidade, associando ao processo educativo os aspectos mais relevantes da vida e da cultura cabo-verdiana.

Com o objectivo de reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na colectividade em desenvolvimento, o sistema educativo deve valorizar a língua materna, com manifestação privilegiada da cultura.

Dentro dos objectivos da política educativa foram traçados os seguintes pontos:

- a) Promover a formação integral e permanente do indivíduo, numa perspectiva universalista;
- b) Formar a consciência ética e cívica do indivíduo;
- c) Desenvolver atitudes positivas em relação ao trabalho e designadamente, à produção material;
- d) Imprimir à formação uma valência científica e técnica que permite a participação do indivíduo, através do trabalho, no desenvolvimento socio-económico.
- e) Promover a criatividade, a inovação e a investigação como factores de desenvolvimento nacional;
- f) Preparar o educando para uma constante reflexão sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionar-lhes um equilibrado desenvolvimento físico;
- g) Reforçar a consciência e unidade nacional;
- h) Estimular a preservação e reafirmação dos valores culturais e do património nacional;
- i) Contribuir para o conhecimento e o respeito dos Direitos do Homem e desenvolver o sentido e o espírito de tolerância e solidariedade;
- j) Fomentar a participação das pessoas na actividade educativa.

---

<sup>3</sup> SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez, El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica. Madrid. 1994. pag. 69.

Ainda de acordo com os mesmos, a escola cabo-verdiana deve ser um centro educativo capaz de proporcionar o desenvolvimento global do educando, em ordem a fazer dele um cidadão apto a intervir criativamente na elevação do nível de vida da sociedade. Segundo Giroux, “O ensino para a transformação social significa educar os alunos para assumir riscos e para lutar no interior das contínuas relações de poder, para que possam ser capazes de alterar as bases sobre as quais se vive a vida. Agir como intelectuais transformadores significa ajudar os alunos a adquirirem um conhecimento crítico sobre as estruturas sociais básicas, tais como a economia, o Estado, o mundo do trabalho, e a cultura de massas, de modo que estas instituições se possam abrir a um potencial transformação. Uma transformação, neste caso, dirigida à progressiva humanização da ordem social”<sup>4</sup>.

Como se pode constatar, esses objectivos estão estritamente relacionados com a disciplina de História, tendo em conta que, cabe a ela formar esse cidadão que se quer.

Para isso, são tarefas fundamentais da escola e do processo educativo que nela se desenvolve:

- a) Proporcionar à geração mais jovem a consciência crítica das realidades nacionais;
- b) Desenvolver e reforçar em cada indivíduo o sentido patriótico e a dedicação a todas as causas de interesse nacional;
- c) Desenvolver o apreço pelos valores culturais e nacionais e o sentido da sua actualização permanente;
- d) Estreitar as ligações do ensino e da aprendizagem com o trabalho, favorecendo a assimilação consciente dos conhecimentos científicos e técnicos necessários e o sentido da sua actualização permanente;
- e) Incentivar o espírito criativo e a adaptação às mutações da sociedade, da ciência e da tecnologia do mundo moderno;
- f) Promover o espírito de compreensão, solidariedade e paz internacionais.

---

<sup>4</sup> Giroux. 1991. Citado por José Contreras Domingo. Pag. 110.

## 2 - Contextualização da Reforma Educativa em Cabo Verde

Com a independência, Cabo Verde tornou-se num país autónomo e democrático, neste sentido, o ideal desta sociedade é a construção do homem novo, com autonomia, capaz de empreender e ter iniciativas próprias.

A evolução do sistema educativo caracteriza-se, desde esta época, por um significativo aumento da população escolar, por uma grande insuficiência dos recursos envolvidos que motivam fracos níveis de rendimento, por um combate aguerrido contra o analfabetismo e pelo aparecimento espontâneo de acções formativas extra-escolares nos diversos sectores de actividade. Os organismos responsáveis pela educação, permanentemente solicitados para a resolução das questões relacionadas com o funcionamento do sistema, tem tido dificuldades em dar respostas adequadas às mais diversas solicitações e não tem conseguido promover as necessárias transformações na organização do sistema; dotá-lo com os recursos necessários em quantidade e qualidade adequar os planos curriculares e os conteúdos programáticos à realidade e aos desafios do futuro.<sup>5</sup>

A situação educativa sofria reflexos de alguns problemas e dificuldades nacionais como o “crescimento populacional extremamente elevado, a agricultura, a pecuária e a construção civil e as obras públicas sendo as principais bases da economia; uma grande proporção da população jovem, o que implica grandes fluxos de população activa; fraca formação de base das populações, particularmente da população activa; uma significativa taxa de desemprego; um fraco aparelho de formação profissional (...).<sup>6</sup>

De acordo com o que foi traçado no projecto da reforma “a necessidade de se dotar o país de um sistema educativo mais justo, mais eficaz e mais harmonioso com a realidade nacional e as perspectivas de desenvolvimento, neste limiar do século XX, é sentida por amplas camadas sociais e representa hoje uma das grandes preocupações do governo de Cabo Verde. A ideia da Reforma pressupõe o desejo de mudança, ainda que gradual e sem grandes rupturas. Para a sua concretização coloca-se, no entanto, a questão de saber como adequar as estruturas, os programas, os métodos a um mundo

---

<sup>5</sup> ALPIARÇA, João. Projecto da Reforma do Sistema Educativo em Cabo Verde. Lisboa. 1989. Pag. 3.

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA JUVENTUDE E DESPORTO. Projecto Educação I, Reforma do Sistema Educativo. Praia. 1987. Pag. 19

em constante mutação. Sobretudo não se poderá correr o risco de que essas mesmas estruturas, programas e métodos se venham a transformar, a breve prazo, em travões do desenvolvimento. Para evitar este risco, os sistemas educativos tendem a tornar-se mais maleáveis, de modo a poderem integrar e responder às novas expectativas engendradas pela mudança. Equipas nacionais assistidas por consultores externos em domínios específicos, deverão formular os planos curriculares e os programas das diversas matérias. Particular ênfase deverá ser dado, ao estudo do meio sócio – cultural, às actividades práticas, à educação e formação tecnológica, ao ensino de línguas estrangeiras e ao desenvolvimento de novas metodologias para o ensino de português e para a promoção da língua materna”.<sup>7</sup>

Após a independência, havia grandes insuficiências e dificuldades no funcionamento do sistema. Enquanto que no ensino básico de 4 anos, as taxas de escolarização real se aproximam dos 85%, no EBC este valor ronda os 23% e no 1.º ciclo do ensino secundário não ultrapassa os 7%. Uma das razões para esta situação pode estar ligado ao facto de existirem em 1986/87, no Ensino Básico Elementar 347 estabelecimentos de ensino com cerca de 800 salas distribuídas por todo o país. A rede do Ensino Básico Complementar (5.º e 6.º anos de escolaridade) é bastante concentrada distribuindo-se, em 86/87, os 16 estabelecimentos existentes pelos principais centros urbanos. Também no Ensino Secundário os 5 estabelecimentos existentes funcionam apenas nas cidades da Praia, Mindelo, Assomada, Espargos e São Filipe. Dos cerca de 1500 professores do Ensino Básico Elementar apenas 18% possui habilitação própria para este nível. A grande maioria dos professores não tem mais do que a 6.ª classe e a sua preparação pedagógica é muito limitada. No EBC a situação também não é brilhante. Com cerca de 350 professores só 40% possui habilitações próprias, os restantes tem normalmente o Curso Geral do Ensino Secundário. Quanto ao Ensino Secundário dos cerca de 220 professores 62% tem habilitação própria. Este nível de ensino, apesar de possuir um número razoável de professores com habilitação desejável, tem ainda carências, sobretudo ao nível das disciplinas científicas e tecnológicas.<sup>8</sup>

No ensino secundário nota-se que os planos curriculares e programas privilegiam um ensino académico, sem se garantir um necessário equilíbrio entre as dimensões

---

<sup>7</sup> ALPIARÇA, João. Projecto da Reforma do Sistema Educativo em Cabo Verde. Lisboa. 1989. Pag.10.

<sup>8</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA JUVENTUDE E DESPORTO. Projecto Educação I, Reforma do Sistema Educativo. Praia. 1987. Pag. 10



teórica, experimental e social do conhecimento, os conteúdos são insuficientemente relacionados com as realidades, necessidades e potencialidades do desenvolvimento de Cabo Verde, os materiais de ensino são insuficientes e nem sempre muito adequadas ao conteúdo e a realidade nacional, entre outros<sup>9</sup>.

Este ensino era ainda caracterizado pela inexistência de oportunidades de orientação vocacional. As escolhas profissionais e académicas dos alunos não eram favorecidas por quaisquer experiências proporcionadas pela instituição escolar.

Sobre este propósito CORNALL afirma que: “Hay grupos de alunos de bajo rendimiento que encuentran pocas satisfacciones en el trabajo actual en los últimos anos de la educación obligatoria, y debemos aceptar el objetivo de mejorar su moral de rendimiento; però no es evidente que la solución consista en poner de relieve su singularidad y segregarlos, contra todos los principios no selectivos, en una categoria especial, en lugar de preguntarnos qué cambios debermos hacer, en enfoques, en método, en material, com el fin de ayudarles a gozar de los beneficios de un curriculum común bien pensado, que tenga por objeto satisfacer las necesidades que tienen en común com todos sus contemporáneos y com sus futuros conciudadanos”<sup>10</sup>.

Numa sociedade em permanente transformação tecnológicas, sociais, políticos, as reformas educativas constituíam uma constante e uma exigência. Para responder a tempo e com segurança aos desafios impostos pelas transformações da sociedade, os sistemas educativos necessitavam de se tornar mais flexíveis e dinâmicos, fomentando a criatividade e a investigação, incorporando novos temas e novos métodos.

Os objectivos das Reformas Educativas foram, fomentar a participação das populações na actividade educativa, estabelecer um sistema educativo que se caracterize pela sua unidade, flexibilidade e complementaridade, oferecer a todos os jovens uma escolaridade básica integrada que possibilite uma formação inicial de novo tipo, completar a educação geral por uma formação para o desenvolvimento e para o mundo do trabalho, reforçar a consciência e unidades nacionais, promover a inovação e a investigação, incentivar a solidariedade, a cooperação e a paz entre os povos.

A transformação do sistema educativo deve poder responder com eficácia às expectativas impostas pelos desafios do desenvolvimento, da modernidade e da identidade nacional.

---

<sup>9</sup> Op. Cit. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA JUVENTUDE E DESPORTO. 1987. Pag. 10

<sup>10</sup> CORNALL (1986), citado por Sacristán. Pag 75.

### 3 - A melhoria da qualidade do ensino como motivo para a reforma curricular

As reformas, particularmente as educativas, resultam sempre da necessidade de se introduzir mudanças que visam melhorias para a sociedade. A Reforma do Sistema Educativo cabo-verdiano surge do reconhecimento de que o sistema de ensino que estava em vigor já não respondia às exigências dessa sociedade, segundo Eduardo Marçal Grilo, “o contexto sócio – económico do país, as suas características geo – morfológicas, a procura maciça de educação aliada à deficiente resposta do sistema educativo, conduziram ao aparecimento de um conjunto de desequilíbrios estruturais, de que se destacam: os desequilíbrios entre a procura e a insuficiência de recursos; as assimetrias regionais; a baixa qualidade de ensino ministrado; o desajustamento entre os perfis profissionais da formação e as necessidades do desenvolvimento; as questões financeiras e de administração”<sup>11</sup>.

Afirma que “aos desequilíbrios apontados devem acrescentar-se a distorção da pirâmide educativa, a inexistência de uma lei-quadro do sistema educativo, a fragilidade dos incentivos escolares, o insuficiente domínio da língua veicular do ensino e as descontinuidades de articulação vertical e horizontal do sistema, entre outras questões”<sup>12</sup>.

A sociedade cabo-verdiana dos finais de oitenta e início de noventa, mais complexa e exigente, questiona o sistema de ensino educativo e interroga-se constantemente quanto à sua eficácia, ao desempenho das escolas e ao papel dos pais e encarregados de educação e dos educadores em geral, no processo educativo. Por outro lado, o desenvolvimento verificado no campo da tecnologia e da ciência também presente em Cabo Verde, o ritmo de desenvolvimento que se imprimiu à economia cabo-verdiana, levou o país a construir um novo sistema de ensino, com base numa nova política educativa capaz de dar satisfação às expectativas dos próprios alunos, dos pais e ainda às de desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana.

Assim, se compreende o alargamento da escolaridade obrigatória, de quatro para seis anos, uma importante conquista a partir de 1994/1995, mas que começa a revelar-se já insuficiente para dar resposta às crescentes aspirações do cidadão cabo-verdiano. Sendo a reforma um processo contínuo, prevê-se que nos próximos anos o

---

<sup>11</sup> GRILO, Eduardo Marçal. A Educação na República de Cabo Verde. Lisboa. Fundação Colouste Gulbenkian. 1986. Pag. 23.

<sup>12</sup> Op. Cit. GRILO, Eduardo Marçal. 1986. Pag. 23.

“alargamento gradativo da escolaridade básica de oito anos, na observância dos parâmetros da qualidade, da equidade e da sustentabilidade financeira”.<sup>13</sup>

Hoje, a educação em Cabo Verde passou a constituir matéria de interesse geral, do mesmo modo que a reforma do ensino passou a estar, pela sua importância e actualidade, nas preocupações diárias de cada um.

O sistema educativo cabo-verdiano passou por diferentes momentos de transformação e mudanças, envolvendo várias gerações, sempre numa busca constante de um ensino de melhor qualidade, servindo ao mesmo tempo de mola de desenvolvimento.

Sendo assim, as exigências do mundo de hoje e do próprio processo de desenvolvimento em curso, reclamam por um sistema educativo capaz de promover um ensino de qualidade e de gerar competências, familiarizado com as novas tecnologias e com os avanços da ciência, e cada vez mais sintonizado com as necessidades de Cabo Verde, sendo certo que nos próximos anos a pressão e as exigências do mercado serão maiores. Por isso, os ensinos Básicos e Secundários reformados só poderão ser um ensino aberto, dinâmico e flexível, devendo adaptar-se a cada etapa do processo de desenvolvimento do país, permitindo deste modo que Cabo Verde responda aos desafios do presente e se prepare para o futuro<sup>14</sup>.

Entretanto, na prática, as coisas não aconteceram assim. Apesar de muito já se ter feito as opiniões divergem relativamente à implementação da Reforma. Citando a opinião de Daniel Carvalho “o ensino primário foi alargado de 4 para 6 anos. Objectiva e indiscutivelmente, é que no final dos 6 anos vão para o liceu com o nível demasiado baixo. Com grandes dificuldades na leitura, na expressão escrita e oral e sem domínio das operações aritméticas de base, (...) o aumento da escolaridade não significou nenhuma mais valia para o nosso Sistema Educativo.”<sup>15</sup> Para outros “trata-se de um sistema de aprovação em massa em que o aluno pode passar cortado em três disciplinas inclusive português, disciplina fundamental para a compreensão de qualquer outra (...) no caso da disciplina de Formação Pessoal e Social os professores

---

<sup>13</sup> ASSEMBLEIA NACIONAL. Programa do Governo da VII Legislatura, 2005-2009. Praia. 2005. Pag. 39.

<sup>14</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA, Reforma do Ensino Básico e Secundário, Mindelo, 1997. Pag. 7.

<sup>15</sup> CARVALHO, Daniel. O Estado do Ensino em Cabo Verde. In Jornal A Semana nº 358. Praia. 1998. Pag. 17

queixam-se da falta de manual, de muitas vezes não saberem qual o tratamento a dar a uma determinada matéria...”<sup>16</sup>.

De acordo com o plano de estudos para o ensino secundário, no que concerne aos princípios sustentadores no processo de desenvolvimento curricular, os grandes objectivos que presidem à construção do projecto de currículo procuram expressar o direito constitucional à educação, através da aquisição crítica de saberes, da inserção na modernidade e no desenvolvimento e na consagração de valores cabo-verdianos e universais.

Assim, o processo de desenvolvimento curricular baseou-se na consideração de alguns princípios essenciais pedagógicos que se enumeram:

- O verdadeiro currículo é o que tem lugar na escola na interacção real professor/aluno.
- O desenvolvimento curricular deve ser flexível e orienta-se no sentido de promover a responsabilidade do professor, invenção e adaptação de actividades às circunstâncias da situação escolar em que se vão realizar.
- Toda a concretização do currículo deve partir de uma análise das necessidades. Análise que contempla factores externos e internos.

De entre os factores externos destacam-se:

- As expectativas dos pais, dos empregadores, os valores e premissas da comunidade, as mudanças sociais e culturais em curso.
- Os requisitos e desafios do Sistema Educativo, nomeadamente, da lei fundamental em matéria de Educação, a Lei de Bases do Sistema.
- Os contributos das estruturas de apoio aos professores a nível de formação e de recursos.

E como factores internos:

- Os alunos e as suas aptidões, capacidades e necessidades.
- Os valores e atitudes dos professores, as suas capacidades e conhecimentos, dificuldades, o seu grau de profissionalismo e a vontade de auto – contribuição para a melhoria do sistema.

---

<sup>16</sup> S.L. Um Olhar Crítico ao Ensino. In Jornal A Semana nº 333. Praia. 1998. Pag. 18

- As relações de autoridade na escola e o poder que os professores dispõem para desenvolverem autonomamente as actividades mais adequadas aos seus alunos.
- Os recursos materiais existentes e a capacidade interna de os aumentar e melhorar.
- A própria percepção do sucesso ou fracasso do currículo que se pretende substituir.

A reestruturação do ensino e em particular a reforma curricular do Ensino Secundário surge portanto, como um factor social e um imperativo do desenvolvimento. Partem da realização universal da escola básica e desenvolvem objectivos e práticas eminentemente educativas, centradas num processo de socialização do aluno.

Este desidrato está consubstanciado na Lei de Bases do Sistema Educativo, nos textos políticos e legislação que a complementam e actualizam, num processo de adequação permanente às exigências de cada momento inflectindo num sentido ou noutro sempre que a avaliação do novo sistema o recomende.

Assim, as reformas educativas de 1996/97 implementadas têm tido como objecto principal reestruturar o universo educativo cabo-verdiano no sentido de responder de forma eficaz aos inúmeros desafios impostos pelas profundas transformações que ocorrem nas esferas política, económico e cultural.

O ensino secundário, de acordo com o plano nacional de desenvolvimento – 2002/2005 – tem vindo a crescer de uma forma desprogramada, o que na prática se tem traduzido na utilização de recursos anteriormente afectos ao ensino básico. A coexistência dos dois níveis de ensino traduz-se em perturbações das actividades escolares, devido à depredação das instalações escolares comprometendo em geral a qualidade do ensino. A distribuição territorial dos recursos educativos do ensino secundário é por ventura a menos equitativa quando se compara os diferentes níveis de ensino<sup>17</sup>.

Os grandes desafios do ensino secundário tem a ver com: a universalização do acesso ao tronco comum, a qualificação dos professores, a reorganização curricular, a

---

<sup>17</sup> MINISTÉRIO DAS FINANÇAS PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Plano nacional de desenvolvimento, 2002-2005, II volume. Praia. 2002. Pag. 152.

melhoria da eficácia interna, a disponibilidade de materiais didáticos, a integração entre os ensinos geral e técnico com a formação profissional<sup>18</sup>.

No ensino secundário, assistiu-se, nos últimos anos, ao crescimento acentuado das frequências o que não tem sido correspondido por idêntico crescimento nas áreas de formação de professores, adequação curricular, elaboração de materiais de apoio pedagógico e equipamentos e construções escolares.

O ensino é essencialmente teórico, com poucas actividades experimentais não facilitando o ingresso na vida activa de forma satisfatória. A via do ensino técnico continua desprestigiada, sem a concretização das “formações complementares profissionalizantes” e sem ligação ao sistema de formação profissional e á realidade empresarial<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Op. Cit. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2002. Pag. 152.

<sup>19</sup> VARELA, Bartolomeu Lopes e OUTROS. Estrutura e Funcionamento do Sistema Educativo Cabo-verdiano. Praia, ISE. 2004.

## **CAPÍTULO II**

### **APLICAÇÃO DO PLANO CURRICULAR DE HISTÓRIA NO 2.º CICLO**

#### **2.1- As orientações da Reforma relativamente à disciplina de História do 9.º ano, a nível curricular**

A Lei fundamental do país pressupõe que são tarefas fundamentais do Estado, “Fomentar e promover a educação, a investigação científica e tecnológica, o conhecimento e a utilização de novas tecnologias, bem como o desenvolvimento cultural da sociedade cabo-verdiana”<sup>20</sup>.

Segundo o artigo 77º do mesmo, todos têm direito à educação. Esta realizada através da escola, da família e de outros agentes, deve ser integral e contribuir para a promoção humana, moral, social, cultural e económica dos cidadãos; Preparar e qualificar os cidadãos para o exercício da actividade profissional, para a participação cívica e democrática na vida activa e para o exercício pleno da cidadania. Pois, para garantir o direito à educação, cabe ao Estado, garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar; Organizar a acção social escolar; Promover a socialização dos custos da educação; Promover o conhecimento da história e da cultura cabo-verdiana e universais, entre outros.

---

<sup>20</sup> ASSEMBLEIA NACIONAL.CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (na versão dada pela Lei Constitucional n.º 1/V/99, de 23 de Novembro).

Os objectivos da política educativa que constam na Lei de Bases<sup>21</sup> determinam que a disciplina de História se orienta para a formação integral do educando, tendo em vista a sua participação activa, crítica e interveniente na sociedade que se insere, fazendo entender que as mudanças pela própria sociedade Cabo-Verdiana se insere na totalidade do mundo, do presente ao passado e ao futuro.

A disciplina tem também uma componente social, pois pretende-se uma mudança de comportamento e de atitudes do aluno e do professor.

O plano de estudos do ensino secundário estabelece que o verdadeiro currículo é o que tem lugar na escola na interacção real professor/aluno. O desenvolvimento curricular deve ser flexível e orientar-se no sentido de promover a responsabilidade do professor na intervenção e adaptação de actividades às circunstâncias da situação escolar em que se vai realizar.

Daí a preocupação de se introduzir a disciplina de História e as outras disciplinas afins no currículo secundário, desde o 8º ano de escolaridade até o 12º ano, ou seja, nos 3 ciclos de ensino.

O Primeiro Ciclo (7º e 8º anos), “para além de ser um ciclo terminal ou de acesso às vias geral e técnica, exige necessariamente a incorporação de procedimentos de orientação escolar e profissional. O Segundo Ciclo (9º e 10º anos), constitui uma fase importante do percurso escolar em matéria de orientação escolar e profissional, uma vez que as disciplinas que o aluno estudou no Tronco Comum começam a particularizar-se, preparando o mesmo para confirmar ou não, no 3º Ciclo, a opção feita anteriormente. O 3º Ciclo (11º e 12º anos), embora mantendo uma componente de formação geral, proporciona ao aluno a especialização em grandes áreas, quer na via geral, quer na via técnica que, complementada com uma formação profissionalizante, possibilita a integração imediata no mundo do trabalho.”<sup>22</sup>

Os programas do ensino secundário, segundo a Lei de base do sistema educativo, artigo 22, visam, entre outros, facilitar ao aluno o entendimento dos valores fundamentais da sociedade cabo-verdiana e da comunidade internacional, propiciar a aquisição de conhecimentos com base na cultura humanística, científica e técnica visando, nomeadamente, a sua ligação com a vida activa, desenvolver a capacidade de

---

<sup>21</sup> Lei de Bases do Sistema Educativo nº 103/III/90 de 29 de Dezembro.

<sup>22</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA. Reforma do Ensino Básico e Secundário, Subsídios para um melhor entendimento. Edição MECC/GMECC/Novembro 1997. Praia. 1997. Pag.17.



análise e de despertar o espírito de pesquisa e de investigação, promover o domínio da língua portuguesa, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita.

O quadro que se segue faz uma ilustração da disciplina de História no plano de estudo nos 3 ciclos e o tempo em que é leccionado semanalmente:

	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano
<b>Tempos/Semanas</b>	----	3	3	----	4	4
<b>Total de horas</b>	----	102	102	----	136	136

No 1º ciclo (8º ano) estuda-se a disciplina de Mundo Contemporâneo leccionada em 3 tempos semanais, cujo objectivo é obter um melhor entendimento dos problemas e realidades presentes, a perspectiva contemporânea de análise permitindo incursões no passado histórico. A mesma disciplina orienta-se pelos seguintes temas:

- 1 – Países e povos do Mundo Contemporâneo
- 2 – O Mundo no século XX
- 3 – A problemática do desenvolvimento
- 4 – A Identidade Nacional
- 5 – A cultura do Mundo Contemporâneo
- 6 – Perspectivas de fim do século.

Para o 2º ciclo, (9º ano), estuda-se a história, cujos conteúdos são os seguintes:

- 1 - Mundo antigo, moderno e contemporâneos;
- 2 - As primeiras sociedades humanas;
- 3 - As primeiras civilizações – o exemplo da sociedade Egípcia;
- 4 - As grandes civilizações Mediterrâneas – dois exemplos: Grécia e Roma;
- 5 - Dois mundos em confronto na Idade Média – a civilização cristã e a civilização islâmica;
- 6 - As relações intercontinentais;
- 7 - A formação da mentalidade Moderna.

No 3º ciclo a disciplina de história reaparece como disciplina obrigatória específica na Área Humanística e opcional na Área Económico-social.

Na Área das Artes a disciplina da História das Artes aparece como disciplina específica e obrigatória.

No 11º ano esta disciplina orienta-se pelos Seguintes Temas:

- 1 - Introdução à História

2 - Da expansão à Economia Mundo

3 - A África Ocidental entre os Reinos e Impérios: crises e reajustamento do séc. XV ao séc. XVIII.

4 - Aclamação, povoamento e colonização de Cabo Verde (1460-1878).

No 12º ano, os Temas são as seguintes:

1 - O desenvolvimento do capitalismo e a partilha de África (séc. XIX- XX).

2 - Cabo Verde no contexto da colonização Português.

3 - Cabo Verde da Libertação Nacional à construção do Estado Democrático.

4 - Trabalho Projecto.

Importa referir aqui, que as disciplinas não foram escolhidas por si, deu-se um enfoque às áreas do conhecimento para construir o perfil do aluno que foi traçado para cada ciclo.

A introdução da disciplina de Mundo Contemporâneo no 1º ciclo e não a História, já que começa com o estudo da pré-história, justifica-se pelo facto deste ciclo ter sido pensado como ciclo terminal para muitos alunos, ou seja nem todos seguiam o segundo ciclo, daí pensaram que é mais útil para o aluno que deixar de estudar ter conhecimento do mundo contemporâneo, dotá-los de conhecimentos que preocupam a sociedade actual do que a pré-história. O objectivo é preparar o aluno para a inserção na vida.

Sendo assim, se seguirmos a evolução dos conteúdos programáticos do 1º ao 3º ciclo, persiste a questão: Em História não deve seguir uma evolução cronológica e diacrónica dos acontecimentos?

No caso particular, do programa do 9º ano, sobre o qual incide o nosso trabalho, tem por finalidade:

- Contribuir para situar o aluno no mundo em que vive, através do alargamento das noções operatórias do tempo e do espaço;
- Propiciar uma atitude de rigor na abordagem da evolução da humanidade, através da aquisição de hábitos e técnicas de organização da informação;
- Fomentar o interesse e a curiosidade pelas expressões e valores da cultura universal.

No que concerne aos objectivos gerais, preconiza os três domínios<sup>23</sup>: do conhecimento, das capacidades e dos valores e atitudes.

---

<sup>23</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO. Programa de História, Ensino Secundário, 9º ano. Praia. 1996. Pag. 3.

No domínio do conhecimento o objectivo é desenvolver os conceitos de mudanças/permanência através do conhecimento das diferentes formas de organização social num determinado espaço; distribuição entre diferentes formas de vida de diversos povos, ao longo dos tempos; compreensão da relação entre passado e o presente, entre outras, e desenvolver os conceitos de interacção/causalidade através do reconhecimento de acontecimentos que produzem alterações significativas na vida da humanidade, reconhecimento da influencia da conjuntura internacional em diversos períodos de História de Cabo Verde.

No domínio das capacidades, tem por objectivo desenvolver capacidades de comunicação, através de, entre outros, utilização de forma correcta e adequada do vocabulário específico da disciplina; utilização de técnicas adequadas de expressão gráfica; elaboração de trabalhos de consulta e pesquisa; desenvolver a aquisição de técnicas de pesquisa através da observação, descrição e análise dos aspectos da realidade; recolha, registo e tratamento da informação.

Relativamente ao domínio dos valores e atitudes, tem por objectivos desenvolver valores pessoais e atitudes de autonomia sobretudo através da manifestação do espírito crítico na análise de situações concretas da vida dos povos; desenvolver atitudes de sociabilidade e solidariedade através da demonstração de atitudes de respeito e solidariedade para com os povos de diferentes culturas; desenvolvimento de atitudes que visam a preservação e valorização do património natural e cultural.

### 2.2.1 Análise da Coerência entre o Programa, a Planificação e os Planos de Aula

O programa da disciplina da História do 9º ano, como já foi referida anteriormente, procura atingir as seguintes finalidades: Contribuir para situar o aluno no mundo em que vive, através do alargamento das noções operatórias de tempo e de espaço; Propiciar uma atitude de rigor na abordagem da evolução da humanidade através de aquisição de hábitos e técnicas de organização da informação; Fomentar o interesse e a curiosidade pelas expressões e valores da cultura universal.

Tendo em conta que os objectivos do programa centram-se no conhecimento de diferentes formas de organização social num determinado espaço, em diferentes períodos da história da humanidade; Distinção entre diferentes formas de vida dos diversos povos; Compreensão das relações entre o passado e o presente; Reconhecimento de acontecimento que produziram alterações significativa na vida da humanidade; Manifestação de espírito crítico na análise de situações concretas da vida dos povos; Desenvolvimento de atitudes que visam a preservação e valorização do património natural e cultural; entre outros, constatamos que estes têm coerência com as finalidades.

Os professores fazem a planificação trimestral dos conteúdos, mas nalguns casos (são raros) omitem um ou outro objectivo que consideram ser pouco importantes no sentido de transmitir aos alunos os conteúdos essenciais. Isto talvez advém da crítica que NUNAN faz ao currículo “por ello se encuentran posiciones que denunciam el control que el hecho de el curriculum de disene fuera del ámbito de los profesores, lo que hace más difícil la adaptación de la enseñanza al alumno y resta oportunidades de desarrollo profesional a los docentes. Relegar a éstos a la funcion de ejecutar en la práctica esquemas pensados fuera de elle supone admitir que el profesor tendrá escaso poder de controlar la enseñanza y que dicho control queda en manos de quien realiza en el exterior esos disenos”<sup>24</sup>.

Relativamente aos planos de aulas não se pode fazer grandes constatações porque a escola dispõe somente de um plano e um outro foi adquirido através de um dos professores da disciplina o que nos leva a concluir que os professores não os fazem constantemente. Entretanto, os dois planos analisados estão coerentes com os objectivos da planificação e apresentam os requisitos fundamentais de um plano.

---

<sup>24</sup> NUNAN, 1983. Citado por Sacristán e Gómez.

### 2.2.2. O sistema de avaliação vigente e sua aplicação na disciplina de História

#### a) Descrição do sistema de avaliação

A disciplina de História do 2º ciclo, como já foi referida anteriormente, está inserida no currículo/programa do 9º ano de escolaridade, com 3 tempos semanais, organizada em 7 grandes temas (ver ponto anterior).

A avaliação é um componente importante do sistema educativo e que tem sempre, directa ou indirectamente, relação com o progresso, em extensão ou em qualidade de aprendizagem.

Assim, entendida, a avaliação desempenha três funções:

1- Em primeiro lugar, a avaliação tem na escola um significado educativo. Com a ajuda dos resultados obtidos, o professor poderá estimular nos alunos o gosto pelo trabalho, a atitude perante o estudo e proporcionar a cada um tratamento adequado.

A avaliação permite diagnosticar as dificuldades e deficiências do processo do ensino/aprendizagem, evidenciando as matérias técnicas ou processos mentais que explicam o insucesso escolar.

2- Através da avaliação o professor poderá ficar na posse de elementos que permitirão situar o aluno num dado momento:

Terá o aluno qualidades intelectual e conhecimentos necessários para abordar uma matéria nova ou um ciclo de estudos imediatos? Terá os conhecimentos básicos necessários para o estudo de nova unidade? Poderá ao nível seguinte?

A partir da avaliação poderá ser feita um prognóstico da actividade escolar do aluno e da sua situação perante o plano de estudos em vigor.

3- Na maior parte das vezes, a avaliação limita-se a fornecer dados acerca dos conhecimentos adquiridos pelos alunos. Mesmo no seu papel de aferição, poderá, pós uma análise correcta dos resultados, permitir apreciar o progresso dos alunos relativamente a si próprio ou à turma através do controlo sistemático das aquisições.

A avaliação poderá ter um carácter científico e ser sistemática, isto é, não realizada isoladamente mas de forma ininterrupta durante o decorrer de todo o processo de ensino com a ampliação gradual e constante das tarefas. A avaliação deverá medir não apenas os conhecimentos mas também o grau de profundidade e de compreensão por parte dos alunos. Deve ser expressa de forma correcta, exacta sólida e ter em conta as características peculiares de cada disciplina.

A Reforma do Ensino contemplou também o sistema de avaliação. É neste contexto que, a 17 de Fevereiro de 1997, aprovou-se um novo sistema<sup>25</sup> abrangendo o Ensino Secundário Geral e Técnico, que entrou em vigor no ano de 1999 até o ano lectivo 2002/03, cujo objectivo era:

- Melhorar a qualidade do sistema educativo, através da introdução de alterações curriculares ou de procedimentos que se mostrarem necessários;
- Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores e com os pais e encarregados de educação;
- Ajudar os alunos a formular ou reformular decisões que possam influir positivamente na promoção e consolidação do seu próprio processo.

Esta avaliação teve as seguintes modalidades:

- Diagnóstica
- Formativa
- Sumativa
- Aferida

A avaliação diagnóstica seria aplicada pelos professores com o fim de averiguar a posição dos alunos face às aprendizagens que lhes vão ser propostas e as aprendizagens anteriores que servem de base (pré-requisitos) para a aquisição de outras, no sentido de prever as dificuldades futuras e em certos casos resolver situações presentes. Esta modalidade seria aplicada antes de iniciar uma nova unidade ou ciclo de aprendizagem.

A avaliação formativa seria a principal modalidade de avaliação no processo de ensino/aprendizagem. Deveria ser aplicada pelos professores com o fim de determinar a posição do aluno ao longo de uma unidade de ensino, no sentido de identificar dificuldades e de lhes solucionar. Tem carácter sistemático e contínuo e resulta das informações recolhidas através de instrumentos diversos aplicadas individualmente ou em grupo. A aplicação desta modalidade seria de responsabilidade conjunta do professor, em diálogo com os alunos e com os órgãos de orientação técnico/pedagógica. Esta avaliação tinha carácter qualitativo e deveria ser aplicada ao longo do processo de ensino/aprendizagem.

A avaliação sumativa seria aplicada pelos professores com o fim de ajuizar o progresso realizado pelo aluno no final da unidade de aprendizagem; corresponde a um

---

<sup>25</sup> Portaria nº 6/97

balanço final, à uma visão de conjunto, que traduz-se numa apreciação sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e capacidades dos alunos, expressa numa classificação qualitativa, e realiza-se em momentos pontuais, ocorrendo ordinariamente no final das unidades, semestres, ano ou ciclos.

A avaliação aferida não tem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos, deveria ser aplicada pela Direcção Geral do Ensino Secundário do Ministério da Educação e pelo Instituto Superior de Educação, com o fim de controlar a qualidade do ensino e garantir a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento. Esta modalidade é realizada através de testes por especialistas.

Esta avaliação foi por norma qualitativa, embora os resultados sejam expressos no fim de cada semestre, ano ou ciclo na escala de 1 a 5. O aluno que obtivera a classificação superior ou igual a três considerava-se aprovado na disciplina. Os resultados das actividades desenvolvidas em todas as disciplinas deveriam ser recolhidas na caderneta escolar de acordo com cada modalidade de avaliação. Na avaliação diagnóstica os resultados deveriam ser recolhidos através de elementos do conhecimentos e das habilidades dos alunos não fazendo sentido atribuição de uma classificação. Na avaliação contínua, os resultados deveriam ser recolhidos em termos qualitativos utilizando as categorias de Muito Bom, Bom, Suficiente ou Insuficiente, para exprimir um juízo sobre o trabalho feito pelo aluno. A respectiva escala qualitativa poderia expressar também com os números 5, 4, 3 ou 2, tendo o mesmo significado

Na avaliação Sumativa, os resultados obtidos pelo aluno seriam recolhidos na caderneta escolar de acordo com a escala de 1 a 5. Para a elaboração dos testes sumativos seriam necessários elaborar a grelha e a cotação de forma a contemplarem os critérios a terem em conta para classificar o trabalho em correspondência com os objectivos fixados. A distribuição da cotação far-se-ia atendendo a escala de 1 a 5, a qual seria traduzida na escala de 1 a 5, segundo a seguinte conversão:

0 a 49 pontos corresponderia à classificação de 2 (Insuficiente);

50 a 74 pontos corresponderia à classificação de 3 (Suficiente);

75 a 90 pontos corresponderia à classificação de 4 (Bom);

91 a 100 pontos corresponderia à classificação de 5 (Muito Bom).

A distribuição de classificação poderia também fazer-se atendendo a classificação de 0 a 20, a qual seria traduzida na escala de 1 a 5 segundo a seguinte conversão:

0 a 9,4 pontos corresponderia à classificação de 2 (Insuficiente);

9,5 a 13,9 pontos corresponderia à classificação de 3 (Suficiente);

14 a 17 pontos corresponderia à classificação de 4 (Bom);

17,1 a 20 pontos corresponderia à classificação de 5 (Muito Bom).

No final de cada semestre o professor faria um balanço dos resultados obtidos pelos alunos na avaliação contínua, tendo em conta o desenvolvimento do mesmo ao longo do semestre, que exprimiria o juízo dos resultados obtidos nos testes sumativos, para depois, a partir destes juízos atribuir uma classificação final ao aluno, no semestre na escala de 1 a 5.

Da mesma forma, o professor exprimiria um juízo dos resultados obtidos nos testes sumativos para depois, a partir destes juízos, atribuir uma classificação final ao aluno no semestre na escala de 1 a 5. No final do 1.º ano de cada ciclo, o professor emitiria o juízo de valor relativo a cada aluno, na escala de 1 a 5, como resultado da aprendizagem do aluno e do seu progresso ao longo dos dois semestres. Em relação às disciplinas de carácter bianual, estes juízos de valor só constitui um resultado parcial que expressa o nível de desenvolvimento atingido pelo aluno ao longo do ano. Nas disciplinas com carácter anual, no 1.º ano do ciclo, para além daquele juízo aplicar-se-ia uma prova sumativa global que avaliaria os objectivos relevantes do ano.

No final do ciclo os alunos seriam submetidos a uma prova sumativa global do ciclo que avaliaria os objectivos globais do mesmo. Nas disciplinas com carácter anual proceder-se-ia da mesma forma que no 1.º ano.

No final do 2.º ano, e relativamente às disciplinas com carácter bianuais, o professor emitiria a classificação final de cada aluno na escala de 1 a 5, que exprimiria o desenvolvimento global do aluno ao longo de cada ciclo.

Antes da aplicação das provas sumativas globais de fim de cada ciclo ou ano, caso das disciplinas com carácter anuais, o professor faria uma análise dos alunos, com o fim de dispensar da realização destas provas aqueles que mantiverem a classificação de 4 ou 5 ao longo do ciclo e outorgaria a classificação de 4 ou 5 como nota final. Os alunos que forem dispensados podiam fazer a prova global para subir a nota, a qual não seria inferior independentemente dos resultados.

Tendo-se constatado que esta norma não traduzia a qualidade de ensino que se pretendia, esta foi alterada pela lei n.º 42/03 de 20 de Outubro de 2003 vigorando até o presente, traduzida nos seguintes objectivos:



- Melhorar o sistema educativo, fornecendo elementos para a selecção de métodos e recursos educativos com vista à adequação e reformulação dos programas e das metodologias;
- Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos e com os pais e ou encarregados de educação;
- Ajudar os alunos a seguir o seu próprio processo de aprendizagem;
- Propiciar ao encarregado de educação elementos para o acompanhamento do processo de aprendizagem do respectivo educando.

Esta avaliação compreende a função formativa e classificativa.

A função formativa é prosseguida através de uma avaliação sistemática e continua e consiste na recolha e tratamento de informações relativas aos vários domínios de aprendizagem, que revelem os conhecimentos, as habilidades, as capacidades e as atitudes desenvolvidas pelos alunos. As informações recolhidas permite caracterizar os pontos fortes e fracos, avaliar os êxitos e os fracassos dos alunos, as necessidades, ritmos e oportunidades de melhoria de aprendizagem e, em função destes elementos, aplicar medidas educativas de orientações e de superação das dificuldades sentidas pelos alunos.

Relativamente à função classificativa da avaliação, esta consiste na obtenção de elementos que permitem classificar o aluno, medindo as competências individuais adquiridas ao longo do processo de aprendizagem.

A classificação certifica as competências adquiridas através da avaliação dos conhecimentos, habilidade e capacidades dos alunos, quer para o procedimento dos estudos, quer para melhor integração na sociedade.

No que concerne às modalidades, as quais devem harmonizar-se de forma a contribuírem para o sucesso dos alunos e a qualidade do ensino são consideradas as seguintes:

- a) Avaliação Diagnóstica;
- b) Avaliação Formativa;
- c) Avaliação Sumativa;
- d) Avaliação Aferida.

Quanto à avaliação diagnóstica, é aplicada pelo professor a fim de averiguar a posição do aluno face às aprendizagens anteriores que servem de base para aquisição de outras no sentido de prever as dificuldades futuras e, em certos casos, resolver

situações presentes. Esta modalidade é aplicada antes de iniciar uma nova unidade ou ciclo de aprendizagem. Os resultados desta avaliação deverão ser obtidas por objectivos, não fazendo sentido a atribuição de uma classificação. A aplicação desta modalidade é da responsabilidade conjunta do professor, em diálogo com os alunos e com os órgãos de orientação técnico/pedagógico.

A avaliação formativa é uma modalidade também aplicada pelos professores com o fim de determinar a posição do aluno ao longo de uma unidade de ensino, no sentido de identificar as dificuldades e de lhes dar soluções. Consiste na recolha e tratamento, com carácter sistemático e contínua, dos dados relativos aos vários domínios de aprendizagem, que revelem os conhecimentos, as habilidades, as capacidades e atitudes desenvolvidas. Tem carácter qualificativo e é aplicada através de instrumentos diversos aplicados individualmente ou em grupo, devendo regista-se as informações de forma a permitir a tomada de medidas educativas de orientação e superação das dificuldades dos alunos. A aplicação desta modalidade é da responsabilidade conjunta do professor, em diálogo com os alunos e os órgãos e serviços de coordenação e orientação técnico/pedagógico.

Quanto à avaliação sumativa, esta é uma modalidade que permite ajuizar o progresso realizado pelos alunos no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de aferir os resultados já recolhidos na avaliação formativa e obter indicadores que permitam aperfeiçoar o processo de ensino.

Esta modalidade corresponde a um balanço final e consiste na formulação de um juízo global sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e capacidades dos alunos no final de um período de ensino, tomando por referência os objectivos relevantes do programa da disciplina, pelo que se realiza em momentos pontuais. A avaliação sumativa compreende uma parte interna e a outra externa. A interna consiste na realização de testes escritos e ou orais, trabalhos de pesquisa e outros, organizado pelo professor e coordenador da disciplina a nível da escola, tanto nas disciplinas de carácter anual como bianual e visa informar os alunos, os encarregados de educação e os órgãos da escola do cumprimento dos objectivos curriculares e bem assim fundamentar a tomada de decisões sobre o percurso escolar do aluno. A avaliação sumativa externa é da responsabilidade do departamento governamental responsável pela educação e consiste na realização das provas e exames finais de âmbito nacional, nos termos previstos neste diploma, com o objectivo de contribuir para a homogeneidade nacional das classificações do ensino secundário.

Por fim, a avaliação aferida não tem efeitos na classificação ou na progressão escolar dos alunos e é aplicada pela Direcção Geral do Ensino Secundário ou por outras entidades competentes designado para o efeito, pelo departamento governamental responsável pela área da educação, com o fim de controlar a qualidade do ensino e contribuir para a adequação de medidas de política educativa a adoptar. Esta modalidade pode ser aplicada a nível local ou nacional e é realizada através de provas elaboradas por especialistas, as quais devem ser aferidas a critérios decorrentes dos objectivos do ensino, com base em padrões comuns no domínio dos saberes e aptidões. Estas provas poderão ser aplicadas em qualquer momento do processo de ensino/aprendizagem e a análise dos seus resultados contribuirá para a tomada de decisões para a melhoria do sistema educativo.

Além destas modalidades, o professor pode adoptar outras formas de avaliação recolhendo informações sobre o desempenho dos alunos que pede assumir, entre outras escritos e orais; visita de estudos e trabalho de pesquisa.

Para isso existe o processo individual do aluno onde é registado todo o percurso do mesmo, contendo os elementos úteis para assegurar uma atenção personalizada. O processo individual do aluno é confidencial, acompanha-o ao longo do processo de aprendizagem. A escola deve ter os seguintes instrumentos de registos de avaliação: livro de termo de frequência e avaliação; caderneta da turma e caderneta do professor.

O efeito da avaliação é a certificação das competências adquiridas através da aferição dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos quer para o prosseguimento dos estudos quer para o ingresso na vida activa. Os seus resultados (da avaliação) em qualquer das modalidades acima referidas, em que se certifica as competências adquiridas através da avaliação dos conhecimentos, habilidades e capacidades dos alunos traduz-se, em classificação do aluno. Essas classificações são emitidas de forma quantitativa e qualitativa, nos seguintes termos:

- a) Muito Bom – de 20 a 17 valores;
- b) Bom – de 16 a 14 valores;
- c) Suficiente – de 13 a 10 valores;
- d) Insuficiente – inferior a 10 valores.

De acordo com os critérios de classificação, em cada trimestre devem ser aplicados dois testes sumativa no mínimo e recolhidos outros elementos de avaliação sumativa, que devem ser classificados numa escala de 0 a 20 valores. Para efeito deste diploma, entende-se por outros elementos de avaliação sumativa quaisquer meios que permitem

ao professor aferir competências cognitivas, afectivas e activas dos alunos nomeadamente perguntas orais e escritas, trabalhos individuais e de grupo, pesquisas e ou trabalhos práticos ou estágios em empresas.

Relativamente à classificação trimestral (CT), esta resulta da soma de oitenta por cento da média aritmética dos testes sumativa (TS) e de vinte por cento de outros elementos de avaliação (OEA) e expresse pela fórmula:

$$CT = 0,2 \times OEA + 0,8 \times TS$$

Para a classificação anual, nas disciplinas anuais e para o 2º ano das disciplinas bianuais, devido à realização das provas gerais internas e das provas gerais nacionais aplica-se a seguinte formula, tendo em conta a classificação trimestral do 1º trimestre (CT1), classificação trimestral do 2º trimestre (CT2), classificação trimestral do 3º trimestre (CT3):

1º, 2º e 3º ciclos:

$$CA = 0,25 \times CT1 + 0,35 \times CT2 + 0,40 \times CT3$$

Evidenciando o caso particular do critério de transição no 2º ciclo na via geral, o aluno transita do 9º para o 10º ano com duas disciplinas sem objectivos atingidos, desde que as disciplinas não sejam ambas anuais. O aluno fica aprovado no 2º ciclo com duas disciplinas sem objectivos atingidos, desde que não sejam, simultaneamente, Língua Portuguesa e Matemática.

Relativamente às modalidades de avaliação aplicada na Escola Secundária Teixeira de Sousa, os inquéritos realizados demostram que dos 131 alunos inquiridos (57.3% do 2º ciclo e 42.7% do 3º ciclo), 34.4% afirmam que os métodos/técnicas mais utilizadas são a avaliação formativa e sumativa, 26.6% afirmam que são a avaliação formativa, sumativa e trabalhos individuais, 26.6% afirmam que são avaliação diagnóstica, formativa, sumativa e trabalhos individuais, do mesmo modo foram inquiridos os professores desta disciplina (2º e 3º ciclo) estes afirmam que fazem a avaliação formativa, sumativa e trabalhos individuais.

## **b) Especificidades de aplicação da avaliação na disciplina de História**

A História define-se como o estudo, parcial ou geral, do passado humano, com vista a conseguir dele uma noção comprovada exacta e compreensível, além de integrável numa ordem evolutiva. Ela nasce do desejo de transmitir aquilo que, no seu tempo, cada homem julga digno de memória.<sup>26</sup>

A avaliação deve ser feita, considerando as características peculiares de cada disciplina. Ela deverá medir não apenas o conhecimento, mas também o grau de profundidade e a compreensão por parte dos alunos.

O sistema de avaliação contínua, introduzido com a Reforma do Ensino não constitui uma prática real, continuando os testes sumativos a ser o elemento de avaliação mais valorizado.

Entretanto, a este respeito Sacristán e Gómez afirmam que “creemos que cualquier esquema o modelo de realizar la evaluación, o cualquier propuesta de cambio cualitativa de las prácticas escolares, como puede ser la evaluación formativa, la cualitativa, la evaluación continua, etc., tiene que considerar las posibilidades de ser realmente implantado en términos de su adecuación a las limitaciones objetivas y subjetivas de los profesores en su puesto de trabajo. Las primeras se pueden mejorar con una reducción del número de alumnos, con una liberación de tiempos durante la jornada escolar, etc., por ejemplo. Las segundas pueden modificar-se con una mejor formación. (...)”<sup>27</sup>

Considerando que a disciplina de História merece ser dada com muito dinamismo, devido ao seu carácter teórico/prático, a avaliação formativa da mesma, destacando a avaliação escrita e oral, a avaliação da compreensão, a análise dos documentos, os trabalhos apresentados na sala, a investigação e apresentação individual ou em grupo, a confrontação de ideias, ponto de vista dos alunos em relação a determinados assuntos, o contacto directo com o espaço, os debates, painéis, mesa redonda, trabalhos práticos (gráficos, cronologias, localizações históricas), entre outros deveriam ter mais peso do que a avaliação sumativa.

Tendo em conta que para os testes, os alunos podem simplesmente decorar a matéria dias antes da sua aplicação e saem com sucesso, o que não lhes permite ter

---

<sup>26</sup> Macedo, Jorge de. Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura. Editorial Verbo. Lisboa

<sup>27</sup> SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez, El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica. Madrid. 1994. pag. 399.

uma base do conhecimento para o futuro, ao contrário das outras disciplinas como a matemática, física etc, que exigem exercícios prático, acompanhamento do raciocínio dos alunos, ou mesmo línguas em que o professor avalia a escrita que permite a correcção de erros, a coerência na frase, o conhecimento das regras da escrita, entre outros.

Dentro da avaliação formativa o professor pode adoptar um conjunto de técnicas que o permite fazer uma avaliação mais próxima desta disciplina, por exemplo, as perguntas orais permitem-no estabelecer um contacto directo com o aluno. A aplicação desta técnica é uma forma eficaz de avaliá-lo e além disso orientar o seu raciocínio, estimular suas actividades e guiá-los para o essencial.

Nos trabalhos de grupo e individuais, o professor dá ao aluno um tema com os tópicos que deve desenvolver, assim como a bibliografia a utilizar. Aqui, avalia-se o conteúdo e a apresentação do trabalho, a comprovação das leituras extra-curriculares, a forma de expressar, o domínio do conteúdo, entre outros.

Nos debates, painéis, mesa redonda, o professor pode anotar as apreciações quanto às actividades e qualidades de participação dos alunos tomando em conta os seguintes aspectos: Domínio do tema; Expressão correcta; Organização do pensamento; Conduta; Etc. Sacristán e Gómez sublinham que: “Más cerca en el tiempo, podemos apreciar cómo en la Reforma de las Enseñanzas Medias se pide al profesorado que evalúe no sólo los objetivos relativos a las asignaturas, sino también objetivos comunes a todas ellas, como son: la correcta expresión oral y escrita, la comprensión de mensajes habituales, la utilización crítica de la información, la actuación creativa del alumno, el razonamiento lógico, la visión integradora de la realidad, la actitud abierta e crítica, el hábito racional de trabajo y la capacidad de trabajo en equipo”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup>SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez, El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica. Madrid. 1994. pag. 393.

## **CAPÍTULO III**

### **ANÁLISE DAS VANTAGENS E CONSTRANGIMENTOS DOS NOVOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

#### **3.1 Vantagens**

O programa é visto como um conjunto de conhecimentos que os alunos têm de apreender. Segundo Zabalza é “O documento oficial de carácter nacional em que é indicado o conjunto de conteúdos, objectivos, etc. a considerar num determinado nível; o programa é o conjunto de prescrições oficiais, relativamente ao ensino, emanado do poder central.

Em certa medida, o programa é o ponto de referência inicial para o qual todos os professores devem remeter para serem capazes de reflectir sobre o que deve constituir o seu trabalho com os estudantes. Se bem que estes sejam o alvo do programa, é aos professores que ele se dirige, através da planificação, eles situam-se entre o programa pré-escrito e o programa implementado.

Skilbeck defende que o programa é construído no ponto de intercepção de elementos vários: as necessidades de aprendizagem, o conhecimento perceptivado na sua estrutura e na sua evolução, a realidade em que vivemos, as crenças, as ideologias, etc”.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Dicionário da Metalinguagem de Didáctica, p. 393.

O programa da História do 9.º ano permite ao aluno ter uma visão relativamente vasta daquilo que realmente é a História. Dá ao aluno bases para conhecê-la desde a antiguidade até a época mais recente.

Alguns temas são de grande interesse, nomeadamente as questões relacionadas com a democracia e o seu funcionamento, o confronto entre o mundo cristão e o mundo islâmico, pois esta retrospectiva permite ao aluno ter uma visão dos acontecimentos actuais.

Dá ao aluno uma visão, mesmo que seja pouco, da História de Cabo Verde, que lhe permite ter pré-requisitos para o estudo da disciplina de Cultura Cabo-verdiana no 10.º ano.

Ainda dentro dos conteúdos, não deixemos de apontar as civilizações egípcias e as romanas e o estudo da religião cristã, pois estes dão ao aluno pistas de reflexão para a explicação das situações actuais no mundo.

O programa apresenta um leque diversificado de sugestões de actividades, apesar de não serem aproveitados devido à pressão do tempo, estes permitem ao professor dar uma aula activa e participativa, centrada no aluno que é o que a educação actual contempla.



### 3.2 Constrangimentos

Como se sabe, o sucesso do programa depende, em grande parte, do aumento da eficácia dos recursos humanos e didáticos disponíveis.

Esta perspectiva técnica, não ignora que outros factores não possam influir na eficácia de um programa, como: as características dos alunos (capacidades, desenvolvimento, motivação, nível socio-económico dos países, etc.); as características dos professores (formação académica, formação pedagógica, actualização científica, motivação, etc.), as características dos recursos didáticos disponíveis (manuais, mediatecas, etc.); as características dos subsistemas educativos (aulas, escolas, administrações regionais e locais, etc.).

Sacristán e Gómez defendem que “la concretización de la función del diseño que podemos apreciar realizan muchos profesores es la de partir de unos determinados contenidos ya elaborados por esos agentes externos, que se le ofrecen además con una cierta secuenciación, tratando de dilucidar la forma de enseñarlos a través de unas actividades, dosificarlos en el tiempo, concretarlos en unas ciertas condiciones, etc. buena parte de la rigidez de la enseñanza, de la falta de acomodación a las condiciones del alumno o del medio cultural, del fracaso escolar, provienen de esa dependencia de los profesores respecto del diseño de contenidos realizado fuera de las condiciones de su práctica y de los intereses y posibilidades de los alumnos”<sup>30</sup>.

Este programa tem sido alvo de muitas críticas por parte dos professores e até mesmo dos alunos.

Uma das inquietações recai sobre a extensão do mesmo, o que não deixa de ser verdade, porque além de ser extenso em relação à carga horária estabelecida, inclui conteúdos cujo grau de dificuldade ultrapassa os pré-requisitos dos alunos.

O professor, perante a extensão do programa, é pressionado pelo tempo limitado e sente-se obrigado a recorrer a uma metodologia que priorize o seu cumprimento deixando de lado as propostas de actividades que apresenta o programa, pois, isto não permite ao aluno avançar no seu próprio ritmo e assimilar a matéria.

Importantes mudanças já foram realizadas no âmbito da reforma do ensino, entretanto, muitas outras ainda merecem ser reforçadas a começar pela formação de

---

<sup>30</sup>SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez, El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica. Madrid. 1994. pag. 359.

professores que trabalham há já alguns anos, produção de manuais e aquisição de novos materiais didáticos para a concretização das aulas.

Atendendo que a História é por natureza uma ciência do passado humano, não vivido, não presenciado e nem experimentado pelos alunos torna-se um tanto ou quanto abstracto. Daí a necessidade de um ensino/aprendizagem activo, interessante e participativo.

Fazer da história uma ressurreição do passado, dando uma imagem viva e concreta, fazer o aluno viver o passado. Sendo assim, é urgente a aquisição e ou produção de materiais didáticos que permitem ao aluno ter uma noção mais concreta do conhecimento.

Neste aspecto, Sacristán e Gómez fazem referências aos meios de comunicação, pois segundo os mesmos afirmam que: “y todos esos médios pueden competir con una grande ventaja con la institución escolar, porque son mucho más atractivos que los libros de texto o los métodos de los profesores y el pobre material de que disponen la mayoría de las escuelas. No deja de ser una ironía, por ejemplo, que la televisión pública pueda emitir series sobre la naturaleza, sobre geografía, series históricas, programas literarios, cursos de idiomas, etc. de los que no puedo aprovecharse la escuela pública (...) potenciar la calidad de la educación exige la mejora de las condiciones en las que esse aprendizaje pedagógico se produce. El cambio cualitativo en la enseñanza, que tiene mucho que ver con el tipo de metodologías o práctica que desarrollan los profesores”<sup>31</sup>.

Importa aqui referir que nesta escola há uma grande necessidade de materiais didáticos para as aulas de história, de entre outros, mapas e retroprojectores.

A ausência do manual para este nível é uma realidade, os professores para cobrirem esta insuficiência adoptam o sistema de fotocópias, mesmo assim rejeitados por muitos devido ao fraco poder de compra dos pais/encarregados de educação.

Neste liceu existe uma biblioteca mais ou menos equipada, mas acontece que grande parte dos alunos não a procura para a sua investigação complementar.

Um outro ponto a focar como constrangimento é a ausência quase que absoluto da história de Cabo Verde, pois depara-se com uma predominância da história da Europa.

---

<sup>31</sup>SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez, El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica. Madrid. 1994. pag. 87.

### 3.3 Medidas para fazer face aos constrangimentos

Para minimizar os constrangimentos acima apontados neste currículo, é necessário que:

- Os responsáveis da política educativa façam a revisão curricular no sentido de dar menos ênfase a alguns conteúdos que são repetitivos ao longo dos níveis de ensino, como é o caso da Europa e a África nas vésperas do movimento Expansionista Europeu; os grandes estados da África Ocidental e Central; Descoberta do Caminho Marítimo para Índia; Descoberta do Brasil, entre outros, dando mais enfoque à História das Ilhas de Cabo Verde e rever a carga horária, em vez de três tempos semanais passar para quatro tempos, aproveitando este último para investigação, visitas de estudos, exploração de Internet, entrevistas, entre outros.
- Criar condições para que as escolas possam adquirir materiais didáticos para uma melhor transmissão dos conteúdos, evitando assim, a velha rotina de “Ditar apontamentos”. Segundo RATHS “una actividade es más sustancial que otra se facilita desempeñar al alumno un papel activo: investigar, exponer, observar, entrevistar, participar en simulaciones, etc. en lugar de escuchar, rellenar fichas o participar en discusiones rutinarias com el profesor. Una actividad que permita al alumno o le estimule a comprometerse en la investigación de las ideas, en la aplicación de procesos intelectuales o en problemas personales y sociales, es más importante que otra que no lo haga. Una actividad tendrá más valor que otra si implica al alumno com la realidad: tocando, manipulando, aplicando, examinando, recogiendo objetos y materiales, y no sólo pintando, escribiendo, narrando, etc<sup>32</sup>.”
- Dar apoio aos alunos mais carenciados, no sentido de adquirirem materiais para as aulas;
- Apostar na formação de professores, sobretudo àqueles que já estão a trabalhar algum tempo e que não tem formação pedagógica, incentivando-os com a diminuição da carga horária ou então alguma remuneração caso saiam aprovados,

---

<sup>32</sup> RATHS (1971). Citado por Sacristán e Goméz.

porque como refere Stenhouse “ ‘Não há desenvolvimento do currículo sem desenvolvimento do professor’ é o reflexo fiel da mudança de mentalidade que significava esta visão do currículo, associada ao papel fundamental dos professores: em definitivo, são eles e elas que devem gerar e desenvolver melhores currículos”<sup>33</sup>

- Produção de manuais para esta disciplina pelas autoridades competentes;
- Criar mais salas de aula, para que se torne possível ter menos nº de alunos por turma, pois isto permite maior assimilação dos conteúdos, posto que o professor dá mais atenção aos alunos, estes poderiam ser divididos por grupos de trabalho, evitando assim o individualismo, a passividade e o papel autoritário do professor e aliviando as relações de poder na sala de aula;
- Tendo em conta que, a revisão curricular não é uma coisa que se faz todos os anos, para evitar que o professor caia na rotina, julga-se necessário a existência de um programa de actualização de professores, com formações e informações periódicas aos mesmos para a troca de ideias, experiências, e enriquecimento da acção educativa.

---

<sup>33</sup> Stenhouse. 1991. Citado por José Domingo Contreras. Pag. 167.

### 3.4 Análise dos resultados das entrevistas e inquéritos

O referido inquérito foi realizado no âmbito da constatação do grau de aplicabilidade do novo currículo implementado com a Reforma Educativa de 1997/98 para o Ensino Secundário no Liceu em estudo. Foram inqueridas cerca de 131 alunos, sendo 57.3% do segundo ciclo e 42.7% do terceiro ciclo, quatro professores e o coordenador da disciplina.

Apesar da análise se incidir sobre o segundo ciclo foram inqueridas também alunos do 3º ciclo no intuito de detectar com que ideia é que ficaram desta disciplina e ver a ligação que esta tem com o ciclo antecedente e precedente.

No início de cada ano lectivo é importante que os alunos conheçam os conteúdos do programa curricular no sentido de se orientarem e de terem uma visão daquilo que vão estudar ao longo do ano lectivo. Entretanto, os resultados dos inquéritos demonstram que somente 61.8% dos mesmos conheciam-no, sendo os restantes não tiveram conhecimento o que leva-nos a concluir que há professores que não se preocupam em dar ao aluno a conhecer o que ele vai estudar ao longo do ano.

Foram questionados relativamente às dificuldades que o professor normalmente apresenta na transmissão dos conteúdos e segundo os 64.6% que responderam, sabendo que 1/3 não respondeu, as mais frequentes são a ausência quase que absoluto de materiais didáticos, sendo os únicos materiais de que a escola dispõe são as fotocópias e um mapa que já está ultrapassado, fazendo com que as aulas fiquem muito teóricas dificultando muitas vezes a compreensão e a vivência dos acontecimentos. Outra dificuldade incide sobre a própria forma como os professores dão tratamento a certos conteúdos, umas vezes devido a falta de exemplos concretos e outras porque apesar de alguns professores serem formados mas não são na área de História, além disso os professores apontam a lotação das salas de aula, fraca colaboração dos pais/encarregado de educação, baixo nível de conhecimento dos alunos e ainda as dificuldades financeiras por parte de alguns alunos para a aquisição de fotocópias.

Além desses aspectos foram apresentadas mais, mas com menos incidência como podemos ver no quadro seguinte.

**Quais são as dificuldades normalmente verificadas na transmissão dos conteúdos por parte dos professores?**

<b>Compreensão de conteúdos</b>	<b>Falta de material didáticos</b>	<b>Dificuldade em explicar o conteúdo</b>	<b>Sobrecarga de conteúdos</b>	<b>Barulho</b>	<b>Falta de motivação dos professores</b>	<b>Aulas muito teóricas</b>
<b>6.1%</b>	<b>14.5%</b>	<b>29%</b>	<b>2.3%</b>	<b>7.7%</b>	<b>3.8%</b>	<b>3.1%</b>

Destes alunos, 47.3% afirmam que não foram tomadas nenhuma medida para ultrapassar essas dificuldades. Entretanto, segundo os professores e o coordenador da disciplina para suprir a ausência do manual que é um suporte fundamental para o aluno, produziram um através da compilação de textos de vários autores que vá ao encontro dos objectivos da disciplina e promoveram encontros com os pais e encarregados de Educação. Afirma Domingo que “a responsabilidade profissional dos professores é estarem suficientemente ligados às suas comunidades para poderem entender as suas exigências e, ao mesmo tempo, compreenderem os interesses das suas alunas e alunos, embora suficientemente afastados para poderem cultivar entre os seus alunos a distância crítica necessária que lhes permite reconsiderar estes interesses e exigências face a outros com os quais entram em conflito”<sup>34</sup>.

A disciplina apresenta os seus aspectos positivos que segundo os inquiridos, entre outros, permite o conhecimento das grandes civilizações do mundo, compreender as transformações por que passaram as sociedades humanas, conhecimento do passado humano e os grandes acontecimentos que marcaram o mundo, permite o enriquecimento da nossa cultura geral, desperta o interesse da pesquisa e ter uma posição crítica face aos acontecimentos do mundo actual, e para alguns é de fácil compreensão.

No que concerne aos aspectos negativos foram apontados que os conteúdos são extensos e para que o professor cumpra o programa é preciso acelerar na matéria o que lhes dificulta muito na aprendizagem e segundo os professores esta extensão é uma das razões para o não cumprimento do mesmo, há ausência de exemplos concretos para evitar a dedução dos acontecimentos, abarca mais a história da antiguidade, há predominância da História da Europa, ausência quase absoluto da História de África e ainda Cabo Verde. Neste aspecto Sacristán e Gómez afirmam “El ingreso de los alumnos en la institución escolar se produce cada vez a edades más tempranas y la salida tiende a retrasarse, lo qual implica hacerse cargo de una série de facetas que en

<sup>34</sup>DOMINGO, José Contreras. A Autonomia Da Classe Docente. Portugal. 2003. Pag. 144.

otro momento no fueram o no se creyeron aunque en alguna medida se cumpliesen, competência de las instituciones escolares. (...) El hecho mismo de pretender hacer de la escolarización una capacitación para comprender e incardinarse en la vida social a la salida de la institución escolar, hace del curriculum de esse escolarización en los niveles obrigatórios una introducion preparatória para comprender la vida real y la cultura exterior en general. De ahí que se tienda a ampliar y diversificar los componentes que deben abarcar los programas escolares. El conteúdo de la cultura general e la pretencion de preparar al futuro ciudadano no tolera la reducion a las áreas de conocimiento académicas clásicas, aunque estas sigan tiniendo un lugar relevante y una importante función educativa”<sup>35</sup>

A ausência do manual é uma outra realidade e as aulas são dadas com pouco dinamismo e quase sempre sem actividades práticas, seguindo a velha rotina de ditar os apontamentos e leitura das fichas.

Relativamente à apresentação do plano de aula 74% dos inquiridos afirmam que os professores não costumam apresentá-lo o que parece ser verdade porque encontramos neste Liceu um único plano para fazer análise.

Quanto ao tipo de material que os professores utilizam para aulas as respostas incidem mais sobre os manuais (aquele que foi produzido pela escola), mapas e textos policopiados, pois a escola não dispõe de outros recursos.

Questionamos-lhes se preferiam que os professores utilizassem outro tipo de material, dos 87% que responderam 42.7% disseram que sim e apontaram a utilização de enciclopédias, mapas actualizados, filmes, retroprojectores, videocassetes, dicionários, entre outros, pois estes materiais fazem com que as aulas fiquem mais activas e participativas.

Apesar dos constrangimentos verificados 77.1% afirmam que ficaram satisfeitos com os conteúdos ministrados nesta disciplina e 67.2% dos 131 alunos disseram que aprenderam aquilo que queriam.

Os mesmos foram questionados sobre a coerência destes conteúdos com os do 1º ciclo dos 37.4% que responderam 25.2% disseram que sim e 12.2% responderam não e para os professores não existe coerência a nível dos conteúdos entre os dois ciclos, mas em relação ao terceiro ciclo a maioria respondeu que existe coerência entre estes dois ciclos.

---

<sup>35</sup> SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez, El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica. Madrid. 1994. pag. 66.

### 3.5. Soluções e propostas dos agentes inqueridos

Para o melhoramento do ensino – aprendizagem neste nível os professores e o coordenador desta disciplina propõem dar aos coordenadores, subdirectores pedagógicos e professores mais abertura na elaboração dos programas, introduzir mais conteúdos sobre a História de Cabo Verde, produção de um programa cumprível durante o ano, atribuir maior peso à avaliação contínua e redução do número de alunos por turma.

Muitos desses aspectos foram apontados pelos alunos, mas estes foram mais além apontando a aquisição de mais e melhores materiais didáticos para a escola, dar mais enfoque à História de África, introdução de aulas de informática neste nível para que os alunos possam pesquisar, apetrechamento da biblioteca com livros de interesse aos alunos e que tem a ver com a disciplina, utilização de metodologias activas nas aulas e mais aulas práticas, formação de professores para esta disciplina para que possam ter o domínio dos conteúdos e explicá-los com mais clareza, a escola deve criar fundos para que os alunos com menos condições possam adquirir fotocópias, maior responsabilidade dos professores para com a disciplina, ou seja, não encarar a profissão como um ganha pão mas ter amor por aquilo que faz, os professores devem criar situações de debates, conferência e mesa redonda nas aulas, a fim de tornar as aulas mais vivas e activas, e reformulação do plano curricular no sentido de dar esta disciplina em mais tempos lectivos.



### 3.6 Comparação entre as normas e a prática

O que podemos constatar é que a escola tem vindo a fazer esforços no sentido de aplicar bem o que as orientações do Ministério relativamente a esta disciplina e a este nível foram traçadas, mas enfrenta dificuldades devido a falta de meios humanos e materiais para a sua concretização.

Os professores têm feito a planificação sistemática dos conteúdos baseado no programa da disciplina o que permite uma maior organização sequencial das aulas.

Entretanto, o programa apesar de apresentar um conjunto de sugestões de actividades interessantes, estes muitas vezes é ignorado pelos professores devido à falta de tempo e extensão dos conteúdos e deste modo o programa não é cumprido. As aulas na maioria das vezes são expositivas devido a falta de materiais didáticos, ausência de exemplos concretos e muitas vezes condicionado pela não formação de professores na área. Para Gimeno, “Os condicionalismos e os controlos existem, mas nunca evitam a responsabilidade individual de cada docente, porque não fecham por completo as opções para uma prática pedagógica melhorada, ao deixar margens para a sua interpretação e possibilidades de resistência perante as mesmas”<sup>36</sup>.

De acordo com os objectivos gerais do programa os alunos devem desenvolver capacidades de comunicação através de, elaboração de trabalhos de consulta e pesquisa, emissão de opiniões fundamentais, desenvolver a aquisição técnica de pesquisa através da observação, descrição e análise de aspectos da realidade, desenvolver valores pessoais e atitudes de autonomia através da manifestação do espírito crítico na análise de situações concretas da vida dos povos, desenvolver atitudes de sociabilidade e solidariedade através da demonstração de atitudes de respeito e solidariedade para com povos de diferentes culturas, entre outros, e o aluno só pode conseguir através de aulas de debate, mesa redonda, palestras, visitas de estudos, discussão e apresentação de trabalhos em grupos, crítica aos documentários que passam na televisão, entre outros, mas a escola não tem feito esses tipos de actividade com frequência devido aos constrangimentos já apontados. A simples leitura e análise de uma ficha e transcrição para o caderno ou a rotina diária de explicar o conteúdo seguido do ditado não permitem formar o aluno que se quer.

Um outro factor que impede algumas actividades nesta escola, como por exemplo visitas de estudo, é a insularidade das ilhas, tendo em conta que, os maiores focos de

---

<sup>36</sup> DOMINGO, José Contreras. A Autonomia Da Classe Docente. Portugal. 2003. Pag. 50.

visita estão concentradas na ilha de Santiago e a escola não tem condições para a realização do mesmo.

## Conclusão

De acordo com a filosofia subjacente à actual revisão curricular do ensino secundário, a História continua a assumir um papel decisivo na formação do aluno para o exercício da cidadania.

Com as Reformas Educativas muito tem sido feito no sentido de minimizar os problemas e melhorar a qualidade de ensino da disciplina de História e não só, como a edificação de novos estabelecimentos de ensino e melhorias infraestruturais (construção de bibliotecas, salas de informática...), formação de professores, novo sistema de avaliação, entre outros, porém muito ainda falta por fazer. Os constrangimentos ainda subsistem a vários domínios, nomeadamente, a nível dos programas (grau de extensão), formação contínua dos professores, aquisição de materiais didáticos para as escolas, com particular destaque para os manuais, diminuição de alunos por turma, entre outros.

No caso da escola em estudo, constata-se que os professores têm encontrados inúmeras dificuldades na aplicação do novo plano curricular, porque há uma enorme carência de materiais didáticos, o que se tem é um mapa antigo e os testes de apoio, apesar do programa apresentar estratégias de actividades activas e aliciantes, estes não podem ser aproveitadas devido à pressão do tempo, as turmas estão quase toas cheias o que não permite ao professor dar a devida atenção aos alunos. Os alunos deste nível não dispõem de aulas de informática para que possam pesquisar mais e sair da rotina, existe uma biblioteca que segundo os alunos não dispõe de livros suficientes que lhes permitam cruzar ideias dos autores, entre outros.

A utilização de novas tecnologias de informação e comunicação no processo educativo é uma exigência dos novos tempos, para que a educação possa acompanhar as mudanças sociais, científicas e tecnológicas. A educação é, por excelência,

inovadora e os recursos informáticos e outros meios modernos de comunicação existentes nas escolas devem ser acessíveis aos agentes educativos, nomeadamente professores e alunos.

O que podemos constatar é que de uma forma geral houve alguma melhoria, visto que, a análise dos resultados dos alunos nesta disciplina dos três últimos anos antes da reforma com os após da reforma demonstram que houve uma diminuição da taxa de reprovação, na medida em que, actualmente os alunos têm maior liberdade de construir a aula, deixando de lado o papel dos professores como sendo transmissor de conhecimento, a escola dispõe de uma biblioteca mesmo não estando muito equipada com livros de consultas, mas tem alguns, a avaliação formativa tem peso na nota final, o sistema de avaliação facilita o aluno na aprovação, faz-se a planificação sistemática dos conteúdos do programa, e tudo isso pode ser melhorado ultrapassando os constrangimentos que a escola ainda apresenta para que a aprendizagem neste novo plano curricular tenha 100% de sucesso na aplicação, sabendo que o nível de aprendizagem está ainda condicionado por estes constrangimentos.

## Índice

Agradecimento-----	4
Introdução-----	5
Breve Historial da Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa-----	8
Aspectos Gerais da Reforma Educativa em Cabo Verde-----	11
Objectivos e princípios gerais do sistema educativo-----	11
Contextualização da Reforma Educativa em Cabo Verde-----	14
A melhoria da qualidade do ensino como motivo para a reforma curricular-----	17
Aplicação do plano curricular de História no 2º ciclo-----	22
As orientações da Reforma relativamente à disciplina de História do 9.º ano, a nível curricular-----	22
Análise da coerência entre o programa, a planificação e os planos de aula-----	27
O sistema de avaliação vigente e sua aplicação na disciplina de História-----	28
Descrição do sistema de avaliação-----	28
Especificidades de aplicação da avaliação na disciplina de História-----	36
Análise das vantagens e constrangimentos dos novos conteúdos programáticos -	38
Vantagens-----	38
Constrangimentos-----	40
Medidas para fazer face aos constrangimentos-----	42
Análise dos resultados das entrevistas e inquéritos-----	44
Soluções e propostas dos agentes inqueridos-----	47
Comparação entre as normas e a prática-----	48
Conclusão-----	50

## **Estrutura do Trabalho**

### **Introdução**

Objectivo e enquadramento

Breve Historial da “Escola Secundária Teixeira de Sousa”

### **Capítulo I**

#### **Aspectos gerais da reforma educativa em Cabo Verde**

- 1- Objectivos e princípios gerais do Sistema Educativo
- 2- Contextualização da reforma educativa
- 3- A melhoria da qualidade do ensino como motivo para a reforma curricular

### **Capítulo II**

#### **Aplicação do plano curricular de História no 2º ciclo**

2.1- As orientações da Reforma relativamente à disciplina de História do 9.º ano, a nível curricular

2.2. Estudo de caso no Liceu de São Filipe:

2.2.1 Análise da coerência entre o programa, a planificação e os planos de aula

- a) Objectivos e finalidades do programa
- b) Relação dos objectivos com o tema
- c) Objectivos da planificação e sua relação com os planos de aulas

2.2.2. O sistema de avaliação vigente e sua aplicação na disciplina de História

- a) Descrição do sistema de avaliação
- b) Especificidades de aplicação no sistema na disciplina de História

### **Capítulo III**

#### **Análise das vantagens e constrangimentos dos novos conteúdos programáticos**

- 3.1. Vantagens
- 3.2. Constrangimentos
- 3.3. Medidas para fazer face aos constrangimentos
- 3.4. Análise dos resultados das entrevistas e inquéritos
- 3.5. Soluções e propostas dos agentes entrevistados
- 3.6. Comparação entre as normas e a prática

### **Capítulo IV**

#### **Conclusões e recomendações**

Bibliografia

Anexos

## Bibliografias

ASSEMBLEIA NACIONAL. *Programa do Governo da VII Legislatura*, 2005-2009. Praia. 2005.

ALPIARÇA, João. *Projecto da Reforma do Sistema Educativo em Cabo Verde*. Lisboa. 1989.

DOMINGO, José Contreras. *A Autonomia Da Classe Docente*. Portugal. 2003.

MACEDO, Jorge de. *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*. Editorial Verbo. Lisboa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A Reforma Educativa em Marcha, Balanço de Dois anos de Governo*. Lisboa. M.E. 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Fortalecimento da Reforma do Sistema Educacional em Cabo verde*. Praia. M.E. 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Divulgação da Reforma do Ensino*. Vol II. GEP. 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Critério de Planeamento do Sector da Educação: Divulgação da Reforma do Ensino*. Vol. III. GEP. 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA JUVENTUDE E DESPORTO, INSPECÇÃO-GERAL DO ENSINO. *Análise do Rendimento Escolar*, ano lectivo 1997/1998. Praia. M.E. 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA JUVENTUDE E DESPORTO. *Projecto Educação I, Reforma do Sistema Educativo*. Praia. 1987. Pag. 19

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO. *Programa de História, Ensino Secundário, 9º ano*. Praia. 1996.

SACRISTÁN/GÓMEZ, J. Gimeno/Pérez. *El Curriculum: Una Reflexión sobre la práctica*. Madrid. 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA, *Reforma do Ensino Básico e Secundário Subsídios para um melhor entendimento*. Praia 1997.

VARELA, Bartolomeu Lopes e OUTROS. *Estrutura e Funcionamento do Sistema Educativo Cabo-verdiano*. Praia, ISE. 2004.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Plano nacional de desenvolvimento, 2002-2005*, II volume. Praia. 2002.

### **Periódicos**

Jornal a Semana nº358. Praia. 1998.

nº 333. Praia. 1998.

Lei de Bases do Sistema Educativo nº 103/III/90 de 29 de Dezembro.

Portaria nº 46/90 de 20 de Outubro de 1990.